



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS –
CCSA DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA –
DGP

CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BAP/EAD

ROBERTAALEANDRA LEITE DA SILVA

Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB.

Orientadora: Profa. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves

João Pessoa – PB

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS –
CCSA DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA –
DGP

CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – BAP/EAD

ROBERTAALEANDRA LEITE DA SILVA

Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Artigo Científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública como requisito parcial para obtenção de título de Bacharelado em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves

João Pessoa – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Roberta Aleandra Leite da.
Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB. / Roberta Aleandra Leite da Silva. - João Pessoa, 2025.
28 f.

Orientação: Joyce Amâncio de Aquino Alves. TCC (Graduação)-
UFPB/CCSA.

1. Vulnerabilidade social. 2. Primeira infância. 3. Programa Criança Feliz. I. Alves, Joyce Amâncio de Aquino. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

ROBERTAALEANDRA LEITE DA SILVA

Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública apresentado à Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em 18/06/2015

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Joyce Amâncio de Aquino Alves

Orientadora – DGP/ UFPB

Profª. Dra. Glenda Dantas Ferreira

Examinadora – DGP/UFPB

João Pessoa/PB, 18 de Junho de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente ao meu bom Deus, por sua infinita misericórdia e nunca me desamparar nos momentos difíceis, sendo minha fortaleza ao longo dessa trajetória.

Dedico aos meus sobrinhos, os quais são a minha fonte de amor e paz. À Deus, minha eterna gratidão por ter me concebido a honra de ser tia de vocês, pois me inspiram ser uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste artigo só foi possível, graças ao apoio, incentivo e colaboração de pessoas que direta ou indiretamente, estiveram presentes ao longo dessa jornada.

Expresso minha profunda gratidão à minha orientadora Joyce Alves, por todo o suporte durante este processo, pelas críticas construtivas e pelo constante estímulo à reflexão crítica e ao rigor científico.

Gostaria de agradecer aos professores e colegas que, com suas valiosas contribuições e incentivo, tornaram possível a realização deste estudo. Aos meus amigos, aqueles que acreditaram em mim, mesmo nos momentos de incerteza, minha eterna gratidão. O apoio de vocês foi essencial durante toda a jornada acadêmica, pois em diversos momentos não me permitiram desistir.

Dedico este artigo aos meus sobrinhos, pelo amor incondicional, sobretudo, um suporte emocional, que me ofereceram ao longo desse percurso. Que toda esta trajetória, sirva de exemplo a vocês seguirem.

Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB.

RESUMO

Estudos evidenciam que o atraso no desenvolvimento infantil, está diretamente ligado a fatores socioeconômicos degradantes e que a vulnerabilidade social da família pobre, é um problema estrutural, agravado pela crise econômica. As famílias de baixa renda sofrem impactos em vários aspectos sociais como, maior risco de mortalidade infantil, desnutrição crônica, atraso no crescimento e no desenvolvimento físico e cognitivo. Consequentemente, a percepção das inter-relações entre contexto socioeconômico e desenvolvimento infantil torna-se indispensável para a formulação de políticas públicas que assegurem o direito ao pleno desenvolvimento na primeira infância. A partir disso, o Programa Criança Feliz através da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, emerge como uma ferramenta significativa para atender às famílias beneficiárias de programa de transferência de renda. É uma estratégia alinhada ao Marco Legal da Primeira Infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social. Com caráter intersetorial, tem o objetivo de promover o desenvolvimento humano. O objetivo geral deste trabalho é o de discutir os efeitos da implementação do programa na cidade de Livramento-PB. Realizamos pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e observação participante através das visitas domiciliares ocorridas durante experiência profissional, que apontaram que há índices favoráveis e apresentação de bons resultados através do programa.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Primeira Infância, Programa Criança Feliz.

ABSTRACT

Studies demonstrate that the delay in child development is directly linked to degrading socioeconomic factors and that social vulnerability of poor families is a structural problem, aggravated by the economic crisis. Low-income families suffer impacts on various social aspects such as increased risk infant mortality, chronic malnutrition, delayed growth and physical and cognitive development. Consequently, the perception of the interrelation between socioeconomic context and child development becomes indispensable for the formulation of public policies that ensure the right to full development in early childhood. Based on that the Happy Child Program through the National Secretariat for Early Childhood Care emerges as a significant tool to serve families benefiting from income transfer programs. It is a strategy aligned with the Legal Framework for Early Childhood that brings the guidelines for the formulation and implementation of public policies aimed at families in situation of social vulnerability with intersectoral Character, it aims to promote human development. The general objective of this work is to discuss the effects of the implementation of the program in

the municipality of Livramento-PB. We conducted qualitative, exploratory, bibliographical and participant observation research through home visits during professional experience, which indicated that there are favorable indexes and presentation of good results through the program.

Keywords: Social Vulnerability, Early Childhood, Happy Child Program

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. VULNERABILIDADE SOCIAL: INFLUÊNCIAS DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	12
3. A PRIMEIRA INFÂNCIA: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO SOCIAL.....	15
4. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.....	18
5. VISITAS DOMICILIARES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO – PB: UM ESTUDO DE CASO.....	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

Primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social: uma análise sobre o Programa Criança Feliz e sua execução no município de Livramento-PB.

Roberta Aleandra Leite da Silva, Joyce Alves

1. INTRODUÇÃO

A observação e a avaliação da desigualdade social de um país é um importante indicador da estimativa do desenvolvimento humano, na mesma medida em que se torna um dos maiores desafios para evolução de uma sociedade mais justa, livre e democrática. Embora o Brasil seja um Estado beneficiado por atributos naturais, a sua grandeza territorial de um país continental, tão diverso em aspectos culturais e regionais, e com fortes influências e cicatrizes coloniais, escancara a disparidade de oportunidades socioeconômicas para a sua população, gerando um ciclo vicioso de privilégios sobre a população menos favorecida de assistência do Estado, seja no âmbito social, educacional, da saúde e da segurança.

A vulnerabilidade, etimologicamente, implica risco, fragilidade ou dano; em relação à vulnerabilidade social. De acordo com (POLITIZE, 2020), pode-se associá-la a exclusão de cidadãos e a falta de representatividade e oportunidades, seja por fatores socioeconômicos, ambientais, geográficos, entre outros. No Brasil, a vulnerabilidade social é aflorada em condições desproporcionais de trabalho, saúde, educação, moradia e segurança, no que tange à oferta pelo o Estado, significativamente ligada à fragilidade de um vínculo social, o que acaba inevitavelmente excluindo as pessoas da sociedade, marginalizando-as em diversos setores.

Aspectos raciais, econômicos e de gênero evidenciam ainda mais a vulnerabilidade social, onde se prevalece os desejos e privilégios individuais frente ao coletivo, tornando a luta pela sobrevivência desleal e injusta. Isso se perpetua entre gerações que padecem em um ciclo vicioso, condenando gerações futuras à fardos natos, sem qualquer possibilidade de escolha. Quebrar esse ciclo na primeira fase da vida é essencial para a emancipação e liberdade do indivíduo.

Em consonância com dados apontados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BRASIL, 2023), estudos científicos de diversas áreas, como neurociência, psicologia do desenvolvimento e sobre os impactos

de políticas públicas voltadas para a infância têm apontado que o período de mais possibilidades para a formação das competências humanas ocorre entre a gestação e o sexto ano de idade. Permeando pelas teorias da psicologia da aprendizagem, (VYGOTSKY, L. S. 1989), as interações sociais em que a criança experimenta durante a construção do seu pensamento, dão significado às interações externas e internas, e que mediam a assimilação e o processamento da sua formação mental. Na etapa do processo em que o indivíduo forma seu plano interno através das relações sociais, a criança absorve informação que provém do contexto inserido, ou seja, de fora para dentro, e a conduz à apropriação do conhecimento.

Nesse sentido, todas as funções do desenvolvimento aparecem, primeiramente no nível social entre pessoas, e depois no nível individual no interior do ser humano. O comportamento de uma criança e a sua influência e reverberação na vida adulta, ao longo da história humana, pode ser observado pelo desenvolvimento de vivências durante a vida social, se dando fundamentalmente por meio das relações familiares, se caracterizando pela transformação dos processos interpessoais em intrapessoal por interações da criança em seu contexto sócio-histórico, através de processos de internalização das formas culturais do comportamento coletivo. Com isso, é fundamental um olhar mais atencioso sobre as primeiras fases do indivíduo, desde sua etapa gestacional até seus primeiros passos independentes, como garantia futura da formação de um cidadão que usufrua de toda sua capacidade humana para alcançar a plenitude social, e que possa estar seguro de suas oportunidades de crescimento e realização pessoal.

A primeira infância é uma fase fundamental na história do ser humano para que ele possa atingir seu potencial ao longo de sua vida; é compreendida dos primeiros seis anos completos ou setenta e dois meses de vida da criança. Pesquisas, de acordo com o Ministério da Saúde no ano de 2022, têm demonstrado que essa fase é extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é quando ele forma toda a sua estrutura emocional e afetiva e desenvolve áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado.

Neste trabalho, destacamos como essencial para o debate a criação do Programa Criança Feliz. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, chega a milhares de famílias que recebem visitas domiciliares. Em 2021, o programa superou a marca de 57 milhões de visitas, levando informação sobre cuidado

infantil para mais de 3.028 municípios do país, sendo o maior programa do mundo de visitação domiciliar para a primeira infância.

O presente artigo realizou um estudo bibliográfico sobre a influência positiva nos indicadores de desenvolvimento social, por meio da inserção de políticas públicas efetivas e seus impactos voltados para a infância, a exemplo do programa Criança Feliz, especificamente em Livramento-PB, município do cariri ocidental paraibano, garantido por meio da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância. Além de avaliar o fortalecimento da estruturação familiar, o programa promove garantias de assistência social, pelo acompanhamento da oferta de condições dignas que favoreçam o desenvolvimento no período da infância do indivíduo, período este de maiores possibilidades para a formação das competências humanas.

Sob as perspectivas que são abordadas pelo Programa Criança Feliz na cidade de Livramento-PB, é de suma relevância, ressaltar a importância das visitas domiciliares como uma fonte de apoio essencial, seja no âmbito da saúde, educação ou assistência social, às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. As visitas domiciliares, são o eixo principal da atuação do Programa, e como visitadora do Programa Criança Feliz no município, é possível observar a transformação e evolução de algumas crianças, quanto ao seu desenvolvimento. É gratificante ouvir das cuidadoras, as quais são maioria e responsáveis principais pelo domicílio, o quanto as atividades lúdicas, pedagógicas e incentivo trazidos pelo visitador, ajudam no progresso das crianças, pois têm a capacidade de explorar a percepção visual, noção de espaço, imaginação, coordenação motora e tantos benefícios que estimulam o processo de aprendizagem e vínculo afetivo familiar. Isso dá a certeza de que políticas públicas voltadas para famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, são instrumentos de intervenções do estado na sociedade e possibilitam o alcance de bons resultados.

Nesse sentido, discutiremos aspectos sobre vulnerabilidade social e na infância que mapeiam e comprometem um bom desenvolvimento na infância.

2. VULNERABILIDADE SOCIAL: INFLUÊNCIAS DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego (Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D, 2004, p. 45). Para Kaloustian e Ferrari (1994), “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial”. Corroborando com este autor, Martins (1993) afirma que “a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada, da sociedade abandonada”.

O desenvolvimento urbano sustentável envolve uma série de fatores, cujo funcionamento sistêmico esteja em harmonia com as necessidades humanas de bem-estar, tanto individual como coletivas. Dessa maneira, as vulnerabilidades entram como empecilho, devido ao não cumprimento dessas necessidades que ameaçam e põem a sociedade em estado de risco constante frente aos aspectos políticos, socioeconômicos e ambientais desfavoráveis (MAIOR & CÂNDIDO, 2014).

O termo vulnerabilidade já assumiu várias conotações, entre estas, designando grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos. O vulnerável carrega, nesse sentido, a ideia do mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos (AYRES et al., 2009; FIGUEIREDO & NORONHA, 2008 apud SCOTT, 2018).

Kaztman (1999) considera que uma má resposta a um evento potencialmente danoso está relacionada ao gradiente de vulnerabilidades sociais e econômicas dos indivíduos ou grupos frente ao evento, e que suas condições precárias de habitação, os inadequados ativos de recursos humanos no seio das famílias, a alimentação insuficiente e de má qualidade, a alta permeabilidade aos serviços sociais, o controle deficiente aos cuidados de saúde, a falta de redes de reciprocidades e contatos são alguns dos fatores que determinam o grau dessa vulnerabilidade. O nível de vulnerabilidade em que as famílias estão expostas aos riscos está vinculado à capacidade de respostas e ajustes frente às condições adversas ao meio, seja pela capacidade de mobilizar ativos para enfrentar as adversidades, por pouco capital humano ou pouco acesso à informação, ou seja, pelas poucas habilidades sociais básicas, com falta de relações pessoais e com

pouca capacidade para manejar recursos (DESCHAMPS, 2004 apud MAIOR & CÂNDIDO, 2018).

Em consonância com Gomes (2005), o estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o *locus* para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos.

Estudos evidenciam (SILVA et al, 2015) que o atraso no desenvolvimento infantil está associado com situações socioeconômicas como pobreza, baixa escolaridade, condições precárias de moradia, desnutrição e falta de acesso a recursos educacionais e de saúde (VICTORA et al, 1993; MARTORELL & NGUYEN, 2010). Assim, justifica-se afirmar que o desenvolvimento infantil deve ser uma prioridade política, em particular na primeira infância, o que demanda o compromisso de toda a sociedade e o incremento de políticas públicas que visem dirimir as iniquidades dos determinantes sociais e busquem atender às necessidades de saúde conforme o seu grau de vulnerabilidade (PREDROSO & MOTTA, 2010; SILVA et al, 2013). “Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial.” (KALOUSTIAN & FERRARI, 1994).

Gomes (2005) ressalta que a situação de esgarçamento dos vínculos familiares resulta da miserabilidade a que estão sujeitas as famílias, sugerindo uma reflexão sobre a importância do debate acerca da família pobre e nos desafios que as políticas públicas têm para o enfrentamento desta problemática. Assim, o Estado deve pensar em políticas públicas de caráter universalistas, que assegurem proteção social e que reconheça a família como sujeito de direitos, capaz de potencializar as ações propostas.

A vulnerabilidade social, sinalizada por contextos socioeconômicas precários, exerce um papel dominante no desenvolvimento infantil, sobretudo durante a primeira infância, que é compreendida desde o nascimento da criança até os seis anos de idade — fase decisiva para o processo de aprendizagem e formação social. Crianças expostas à pobreza, insegurança alimentar, moradias inadequadas e acesso restritivo à educação e saúde, inclinam-se a encarar desafios significativos no seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Esses aspectos prejudicam não apenas o desempenho escolar, como também a formação de vínculos afetivos e habilidades sociais essenciais.

Consequentemente, a percepção das inter-relações entre contexto socioeconômico e desenvolvimento infantil torna-se indispensável para a formulação de políticas públicas que assegurem o direito ao pleno desenvolvimento na primeira infância, reduzindo os impactos da vulnerabilidade social.

3. A PRIMEIRA INFÂNCIA: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO SOCIAL

Desde a concepção no útero materno até ao momento em que morre, o ser humano vive num processo caracterizado por constantes mudanças. Este processo de mudança, que resulta da interação entre as características biológicas de cada indivíduo e os fatores contextuais onde o indivíduo se encontra inserido (sociedade e cultura), é denominado por desenvolvimento humano (MATTA, 2001; NÚÑEZ, 2005; PAPALIA et al., 2001; PORTUGAL, 2009; TAVARES et al., 2007 apud DIAS et. al, 2013).

Sabemos que a criança se desenvolve em vários contextos com características específicas, isto é, com regras, atitudes, valores e modos de estar e ser concretos. Desde o primeiro dia em que vem ao mundo, o ser humano começa a ter consciência de que existe um mundo externo a si. É nesse mundo que aprende sobre si, a estar e a comunicar-se com os outros. Neste sentido, a primeira infância é um período de mudanças significativas no que diz respeito ao desenvolvimento social. (DIAS et. al, 2013).

A formação do cidadão, correlacionada com as vivências sociais e o desenvolvimento de habilidades e competências, tem se tornado uma ferramenta indispensável à evolução humana, visto que a educação, como sendo fomentadora tanto para o desenvolvimento para a vida, como para as competências do século em que vivemos e para uma formação sólida do conhecimento, se dá por meio do ato de ensinar com o intuito de se aprender, e essa aprendizagem, baseada nos pilares do conhecimento, da ação, da convivência, e da existência, se torna significativa quando desenvolvida em processos práticos.

Estudos apontam a influência do meio sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantil (CALEJON, 2011). Dentre eles destaca-se o trabalho do psicólogo e pesquisador Lev Vygotski (1994), que estendeu seus estudos a respeito deste assunto. Para este autor não se pode negar a relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que criança e ambiente, influenciam-se mutuamente (RAPOPORT; SARMENTO, 2009). Sendo assim, de acordo com os estudos realizados

por Vygotski (1994), crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhe submete.

Aprender, segundo Amaral (2007), é uma ação que desenvolvemos desde o início de nossa vida, e está fortemente vinculado à memória. Já a aprendizagem é o processo de aquisição de novas informações que vão ser retidas na memória através do qual nos tornamos capazes de orientar o comportamento e o pensamento (LENT apud AMARAL, 2007); pode ainda ser interpretado como um processo construtivo, onde o indivíduo interpreta o ambiente externo a partir de sua própria concepção, armazenando memórias que não são idênticas da informação original. Na sequência do processo de aprendizagem, as experiências anteriores são usadas no presente como pistas para o cérebro reconstituir um evento atual e dar-lhe sentido.

Os significados de aprendizagem permeiam em diversos campos do saber; biologicamente o significado de aprendizagem se relaciona tanto por repostas e conexões cerebrais, conduzidas pelo instinto e pelas sinapses, como também pela associação, caracterizada por um processo consciente, onde o cérebro desenvolve uma resposta apropriada para uma nova situação. Na epistemologia, a aprendizagem está associada ao entendimento do ato de pensar, do desenvolvimento cognitivo, tendo objetivo a compreensão do conhecimento e de sua construção. Psicopedagogicamente, segundo Sá e Santin Filho (2017), a aprendizagem se baseia na captação, percepção e processamento de informações através de um aparato complexo e integrado, sendo um conjunto sistêmico no qual o organismo vivo, com cognição, afetividade, intuição e espiritualidade é transversalizado pelos saberes culturais.

O entendimento do ato de aprender, baseados nas concepções comportamentais, cognitivas e humanísticas a respeito de aprendizagem, Piaget, enquanto biólogo e epistemólogo, conduziu sua teoria baseada no cognitivismo, conhecido também como construtivismo; o conhecimento nessa vertente, segundo Amaral (2017), é fruto de uma elaboração (construção) pessoal, resultado de um processo interno de pensamento durante o qual o sujeito coordena diferentes noções entre si, atribuindo-lhes um significado, organizando-as e relacionando-as com outras anteriores.

Esse processo é inalienável e intransferível: ninguém pode realizá-lo por outra pessoa. Para Piaget (2008), a aprendizagem somente ocorre quando o esquema de assimilação sofre acomodação. O mais importante fator de aprendizagem se dá quando o equilíbrio

prévio é rompido por experiências não-assimiláveis e a mente busca novas acomodações e consequentes novos equilíbrios. Vygotsky (1994) não concebe os processos cognitivos isolados da totalidade dinâmica da consciência. Para ele, o pensamento humano só pode ser compreendido quando se entende a sua base afetivo-volitiva; para ele, os mecanismos de desenvolvimento cognitivo têm origem e natureza sociais e não são frutos exclusivos do desenvolvimento mental, e desenvolvimento das funções mentais superiores somente ocorre nas interações sociais, as quais são o produto das relações sociais, mediadas por instrumentos e signos, dos quais o mais importante é a linguagem.

Embora com concepções distintas, Piaget e Vygotsky fazem parte da mesma vertente construtivista, onde o indivíduo, de acordo com Amaral (2007), conhece na medida em que constrói sua estrutura cognitiva e interpreta os eventos e objetos do mundo, respondendo não apenas mecanicamente a eles, mas sim como sujeito aprendiz ativo e criativo do seu próprio saber e não um mero receptor de conhecimentos. Como refere Portugal (2009), “compreender o que é que pode causar ou afetar o desenvolvimento é uma questão com indubitável interesse teórico, mas, sobretudo, com inegáveis implicações práticas”.

Os primeiros anos de vida têm sido foco de interesse de pesquisadores, profissionais de diversas áreas e alvo de investimento em políticas públicas na atualidade, considerando ser este um período rico em eventos neurofisiológicos cerebrais. Estes eventos possibilitam, a partir de estímulos ambientais adequados, o alcance do potencial de desenvolvimento nos diferentes domínios: cognitivo, afetivo-social e motor (MORAIS, 2016). Nos termos da Lei nº 13.257/2016, considera-se primeira infância o período que abrange os seis primeiros anos completos, ou seja, os 72 meses de vida da criança. Nesse período, a família é a principal mediadora da relação da criança com o mundo e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento. A legislação estabelece para o Estado brasileiro a obrigação de promover o desenvolvimento na primeira infância a partir de uma perspectiva integral, consagrada nos marcos do ECA (BRASIL, 2002), mas considerando as especificidades envolvidas nesse estágio de desenvolvimento do indivíduo. Além Por que a Primeira Infância? disso, a nova legislação reforça o papel da família no exercício da função de cuidado, proteção e educação das crianças na primeira infância

O que já sabemos sobre o desenvolvimento não nos poderá deixar cair numa visão fragmentária da criança e consequentemente da ação educativa, pelo contrário, o

que já sabemos dá-nos a possibilidade de assumirmos uma atitude responsiva e facilitadora do desenvolvimento da pessoa “total”. Assim, e acreditando que um dos elementos mais importantes na qualidade do desenvolvimento infantil são as pessoas que cuidam e educam a criança, importa investir, também, na qualidade da formação inicial e contínua destas pessoas (DIAS et. al, 2013), seja por políticas públicas, por meio de formações de profissionais da educação e da assistência social, como também no fortalecimento parental, a fim de desenvolver estratégias de desenvolvimento pessoal já nos primeiros anos de vida da criança.

É importante que pesquisas acerca do desenvolvimento de crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou sofreram traumas continuem sendo realizadas, buscando-se não apenas entender como os processos de aprendizagem e desenvolvimento podem ser afetados por estas condições, mas também buscando-se propostas de intervenções a serem realizadas pelas instituições públicas e de apoio em prol do desenvolvimento global das crianças. (CALEJON, 2011). Na próxima sessão, tratamos especificamente sobre uma iniciativa governamental que lida diretamente com esta questão.

4. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O PCF (Programa Criança Feliz) é um programa com ações executadas de forma descentralizada e integrada entre os três entes federativos: União, Estados e Municípios (BRASIL, 2021). As ações preconizadas devem ser realizadas pelos municípios de forma articulada com os serviços socioassistenciais, via Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e com as demais políticas públicas setoriais, objetivando a atenção integral das demandas das famílias. Com a assinatura do Termo de Aceite e Compromisso do PCF, o município decide pela adesão com a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

A partir desse ponto, dentro de suas competências como gestores da política de assistência social, os municípios têm autonomia para a execução das ações, observando a legislação pertinente. Os municípios que aderem passam a receber aportes financeiros do governo federal para execução do PCF.

O atual processo de expansão e adaptação do Programa Criança Feliz (PCF) no Brasil, o maior programa de visitas domiciliares do mundo, pode ser uma excelente oportunidade para o país avaliar a necessidade de incorporar e pensar em inovações

tecnológicas (MUNHOZ et al, 2022). Tem como objetivos: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem; integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL, 2017).

Em 2021, segundo dados das Nações Unidas Brasil, (2021) o programa passou a atender cerca de 900 mil crianças de zero a três anos em lares de vulnerabilidade social. Em última análise, o objetivo do programa é melhorar a qualidade das interações que afetam a aprendizagem dentro de casa e o desenvolvimento saudável da criança reforçando os laços entre pais e filhos. Se em uma situação de normalidade a tecnologia pode ser utilizada para alcançar famílias e pais que vivem em áreas remotas e geralmente fora do alcance do governo, ou com baixa conectividade, pode facilitar a incorporação da tecnologia como um instrumento de apoio às práticas de parentalidade no Brasil. Isso não significa substituir, mas fortalecer, complementar e expandir a capacidade de atendimento de programas baseados em modelos tradicionais de intervenção, como as visitas domiciliares do Programa Criança Feliz.

Em um momento como este, onde existe uma possibilidade de um aumento no hiato do desenvolvimento de habilidades entre crianças de lares vulneráveis e lares mais abastados, é crítico pensar em formas do estado atingir crianças que estão na primeira infância.

No que se refere à família, temos que ela ainda é o principal contato da criança com o mundo externo (OLIVEIRA; BRAGA; PRADO, 2017) e, especificamente, nos primeiros anos a mãe/cuidador principal é quem media o processo de conhecimento mundo à criança. São eles os responsáveis por traduzir para a criança sensações, emoções e sentimentos, assim como também orienta como viver em sociedade. Por isso, é essencial que o vínculo entre a criança e o seu responsável e seus familiares seja fortalecido (BRASIL, 2017). Tradicionalmente a família assume uma centralidade na política de Assistência Social, através de serviços, programas, projetos e

benefícios, isto ocorre de maneira tensionada por propostas distintas, tem uma perspectiva contraditória, ao oferecer proteção e reconhecer uma variação de experiências familiares, evidenciando a busca pela responsabilização da família na reprodução dos cuidados dos seus membros (GUEDES, 2019).

No entanto, embora essa perspectiva de família, comumente usada no trabalho social cotidiano através do foco na promoção da cidadania, no protagonismo, na autonomia e na equidade, atribuída tanto pela Tipificação como pela PNAS (Política Nacional de Assistência Social), hoje se vê em processo de regressão, juntamente com a política de Assistência Social. A concepção de família que outrora rompe com a visão conservadora, ao trazê-la como instituição e espaço privilegiado de socialização, de proteção e de reprodução das relações sociais, hoje é objeto do Programa Criança Feliz, não como um programa somador de esforços, mas como uma alternativa de desresponsabilização do Estado, no que concerne à oferta de serviços públicos, reforçando a culpabilização da família pelos infortúnios e expressões da questão social, no qual “mais uma vez, é imputada às famílias pobres a ignorância e a falta de cuidados dos filhos, mesmo que o Estado não lhes assegure condições para isso. (CFESS, 2017).

Em uma visão geral, o PCF propõe orientar e apoiar as gestantes e famílias, desde a preparação para o nascimento da criança, colaborando no exercício da parentalidade; fortalecer o papel das famílias em relação ao cuidado, proteção e educação das crianças; e favorecer o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários; além de promover ações voltadas ao desenvolvimento integral na primeira infância, estimulando o desenvolvimento de atividades lúdicas, com envolvimento de outros membros da família; e promover, acompanhar e monitorar o desenvolvimento infantil, inclusive mediando o acesso da família a outros serviços públicos, que possam impactar positivamente no desenvolvimento das crianças (BRASIL, 2017). Entre as ações desenvolvidas pelo PCF, incluem-se visitas semanais para as crianças, visando a estimulação intelectual até a criança atingir 36 meses de idade, quando as visitas devem ser interrompidas.

Diante de todo o exposto, o Programa Criança Feliz é sem sombra de dúvidas um dos (senão o mais) importante dentre os que atendem a Primeira Infância no Brasil, isso por que possui foco nas principais ações que afetam diretamente o modo de vida da parcela mais vulnerável da população e essas ações somadas aos esforços das equipes possuem uma gigantesca capacidade de transformação na sociedade. Exerce também

relevante influência e contribui no fortalecimento de outros programas, tanto de caráter social, quanto em áreas como da saúde e educação, por exemplo, quando promove ações que incentivam às famílias no acompanhamento contínuo e facilitar o acesso aos serviços essenciais (SÍRIO, 2023). Estímulo e acompanhamento na primeira infância podem quebrar ciclos de pobreza e vulnerabilidade: “todo mundo torce para que seu bebê se transforme em um vencedor na vida. Estimular as crianças corretamente desde o começo é a melhor maneira de garantir essa vitória.” (BRASIL, 2017).

5. VISITAS DOMICILIARES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO-PB: UM ESTUDO DE CASO

O Programa Criança Feliz (PCF) foi implantado na cidade de Livramento-PB, por meio do Decreto Nº 517, em 05 de abril de 2018, através de um comitê gestor municipal, considerando o Decreto Federal 8.869/2016; a Resolução CNAS nº 19/2016; e a Cláusula Quinta do Termo de Aceite e Compromisso decorrente da adesão municipal ao Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz.

O presente artigo tem o objetivo geral de discutir os efeitos da implementação do programa na cidade de Livramento-PB, além do trabalho desenvolvido pelo visitador do Programa Criança Feliz, coordenado pela Secretaria de Assistência Social do município e apresenta o conteúdo e as atividades que são desenvolvidas durante o processo de capacitação e execução, bem como os resultados e perspectivas ao longo desses sete anos.

Segundo o Manual do Visitador (BRASÍLIA- DF 2021), a visita domiciliar enquanto abordagem metodológica, é um dos pilares do PCF, sendo uma importante estratégia de trabalho que traz impactos significativos na vida das famílias que a recebem. Através dela é possível conhecer e nos aproximar da realidade social das famílias, garantir direitos sociais por meio de atendimentos especializados ou mediando o acesso das famílias aos serviços públicos presentes no território.

Diante disso, é fundamental que compreendamos o seu importante papel no trabalho com as famílias do Programa Criança Feliz bem como as principais ferramentas que estão ao nosso alcance para torná-las eficientes no fortalecimento de vínculos e na promoção do desenvolvimento infantil. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o programa fortalece a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de

vulnerabilidades e desigualdades e potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas.

O objetivo principal dessas visitas é acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, tendo em vista o contexto familiar e social. Seu público alvo, são gestantes e crianças de até 36 (trinta e seis) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais; crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias; crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, no decorrer do período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em consequência da Covid-19.

No município de Livramento – PB, as visitas domiciliares são realizadas por profissionais de nível médio (visitadores) e supervisionadas por uma profissional de nível superior (supervisora), que integram as categorias profissionais do SUAS (Resoluções do CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, e nº 17, de 20 de junho de 2011). Profissionais estes, que são capacitados em várias áreas de conhecimento como educação, saúde, direitos humanos, cultura e etc. No total, 100 famílias são acompanhadas pelo o Programa. E cada visitador tem a missão de acompanhar 25 famílias, tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Enquanto as crianças de 0 a 3 anos são atendidas semanalmente, as gestantes e crianças de 3 a 6 anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), recebem duas visitas mensalmente.

São atribuições do visitador do Programa Criança Feliz fazer a busca ativa, ou seja, atuar na identificação e sensibilização das famílias para a adesão ao Programa, trabalho este, que começou em setembro de 2018; realizar cadastro e caracterização das famílias; inserir informações ao e-PCF, que assegura o registro das visitas e alimenta o sistema federal de monitoramento do programa; elaborar os planos de visitação, com o apoio e instruções da coordenadora, baseados em atividades lúdicas e pedagógicas, orientação e apoio, tanto no âmbito da saúde, garantindo atenção primária à saúde do público-alvo, quanto no âmbito educacional, respeitando a autonomia e cultura familiar; além de promover os laços afetivos entre criança e família.

Em 2019, o Programa Criança Feliz no município de Livramento – PB atingiu suas metas em termo de visitação a crianças e gestantes, e recebeu aval do Governo

Federal para a expansão no número de visitas. O município supostamente seria contemplado com a ampliação do Programa, criando condições para que novas famílias tivessem acesso ao serviço. Por opção da antiga e atual gestão, questões de financiamento e recursos próprios escassos, mesmo com a contrapartida da União, maior financiadora do Programa, a prefeitura preferiu à não expansão. Em 2022, o Programa Criança Feliz em Livramento-PB, foi referência na Paraíba, como a cidade que obteve o melhor desempenho. O PCF segue dando bons resultados, fruto de uma equipe qualificada e empenhada nas suas funções.

Nos últimos tempos, o Programa Criança Feliz em Livramento-PB vem sendo beneficiado com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com os municípios. Uma aliança, que não garante apenas alimentos saudáveis à população em situação de vulnerabilidade social, mas também fortalece a economia local ao apoiar os agricultores familiares do município. Isso tornou-se um incentivo tanto para famílias permanecerem no Programa, quanto no intuito principal, que é o combate à fome e saúde dos beneficiários.

Outra análise, sugere que devido a esta iniciativa citada acima, um certo número de famílias tem a pretensão e estão inscritas na lista de espera, para a adesão ao Programa. Outro incentivo às gestantes, é a garantia de que elas terão direito ao Kit Enxoval Recém Nascido, no qual são encaminhadas ao CRAS através dos visitantes, para realizarem o parecer social. Através de um estudo feito pela assistente social, ela avalia se legalmente a família se encaixa nos critérios estabelecidos pelo SUAS, para receber a doação do Benefício Eventual solicitado.

Como em qualquer serviço existem problemáticas, é impossível deixar de mencionar que uma das dificuldades que o visitador mais enfrenta em relação ao campo de trabalho, é sobre como solucionar as demandas do público-alvo. A procura por medicamentos não fornecidos pela Farmácia Municipal ou atendimentos a especialidades médicas gratuitas, em especial as pediátricas, são as mais pedidas. Por vezes, este direito chega tarde ou demora a acontecer, fica a sensação de incapacidade por parte da equipe. A falta de apoio e conhecimento de outras secretarias que estão integradas ao PCF, deixa a desejar e impossibilita um melhor atendimento às famílias que têm certa prioridade, como é mencionado na Lei n° 13.257, de 8 de março de 2016.

É necessário que a Secretária de Assistência Social juntamente à gestão, tenham conhecimento sobre as demandas acolhidas pelos visitantes e façam uma ponte entre as outras secretarias, para um melhor suporte. Dessa forma, os responsáveis terão

noção da dimensão de suas competências e devam solucionar as adversidades que ocorrem durante todo esse processo. Além do mais, para que políticas públicas sejam incrementadas de forma efetiva, é necessário que mais recursos sejam destinados para a Secretaria de Assistência Social, por parte da União.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade na infância, como pudemos observar pode comprometer todo o desenvolvimento desde a infância até a fase adulta, é possível perceber o quanto políticas públicas que trabalham de forma justa e efetiva, transformam vidas. Um trabalho que teve como objetivo principal, analisar a relação entre a primeira infância e o enfrentamento à vulnerabilidade social, através do Programa Criança Feliz no município de Livramento- PB, destacou a importância da construção de vínculos afetivos, aquisição de competências cognitivas e constituição da identidade social, além de promover o bem estar das famílias atendidas pelo o Programa. Desta forma, é necessário ressaltar, que as políticas públicas voltadas para o público-alvo, devem ser consideradas não apenas o cuidado físico, como também o estímulo emocional.

Nessa conjuntura, o Programa Criança Feliz (PCF), apresenta-se como uma estratégia significativa no Marco da Primeira Infância, capaz de promover o desenvolvimento integral da criança. Observou-se que por intermédio de visitas domiciliares realizadas por profissionais capacitados, o programa busca fortalecer vínculos familiares e comunitários, incentivar os cuidadores sobre práticas de cuidado e impulsionar o potencial das crianças, sobretudo em cenários marcados pela vulnerabilidade.

O estudo de caso executado no município de Livramento-PB revelou que, apesar das limitações estruturais e financeiras, o programa tem se mostrado bastante produtivo no âmbito das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, entre outros, e gerando efeitos positivos. O que reduz os impactos negativos da pobreza e da exclusão social.

Consuma-se, portanto, que iniciativas como o PCF são de extrema importância no enfrentamento às desigualdades sociais desde a fase inicial da vida humana, sendo crucial que a haja continuidade, investimento e reconhecimento dessas ações, especialmente em municípios de pequeno porte, onde há uma predisposição maior, quanto às vulnerabilidades e redes de apoio mais frágeis. A articulação intersetorial, o

rastreio assíduo e a escuta ativa das famílias são componentes-chave para o sucesso dessas políticas e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária desde a infância.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. D. F. Reflexões sobre aprendizagem: de Piaget a Maturana. *Revista e-Curriculum*, v.13, n.4, p.838-862, 2015.

AMARAL, V. L. *Psicologia da educação/Vera Lúcia do Amaral*. - Natal, RN: EDUFRN. 208 p.: il, 2007.

ARTIGO: Proteger as crianças - vulnerabilidade na primeira infância pode ter impacto permanente e profundo. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/142288-artigo-proteger-crian%C3%A7as-vulnerabilidade-na-primeira-inf%C3%A2ncia-pode-ter-impacto-permanente-e>>. Acesso em: 1 maio. 2024.

AYRES, J. R., FRANÇA JÚNIOR, I., CALAZANS, G. J. & SALETTI FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In D. Czeresnia (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. (2a ed.), Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, MDSA. *Programa Criança Feliz: a intersetorialidade na visita domiciliar*. 2017.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Portaria MC nº 664, de 2 de setembro de 2021. Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. *Diário Oficial da União*, 2021.

BRASIL, MDSA. Ministério Do Desenvolvimento E Assistência Social, Família E Combate à Fome, 2 Aug. 2023, www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz.

CALEJON, L. M. C. Desempenho escolar e vulnerabilidade social. *Revista Exitus*, v. 1, n. 1, p. 146-164, 2011.

CFESS. Nota pública —Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>> Acessado em: 01 de maio de 2024.

DIAS, I. S.; CORREIA, S.; MARCELINO, P. Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 7, n. 3, p. 9-24, 2013.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 357-363, 2005.

GUEDES, B. K. S. et al. O Programa Criança Feliz: O Reforço Ao Familismo Na Política De Assistência Social. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

FIGUEIREDO, I. NORONHA, R. L. A vulnerabilidade como impeditiva/restritiva do desfrute de direitos. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 4, 129-146, 2008.

GRANTHAM-MCGREGOR, S.; CHEUNG, Y. B.; CUETO, S.; GLEWWE, P.; RICHTER, L.; STRUPP, B. Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries. *Lancet*;369(9555): 60-70. Doi: 10.1016/s0140-6736(07)60032-4.2. 2007.

HACKMAN, D. A; FARAH, M, J. Socioeconomic status and the developing brain. *Trends Cogn Sci*;13(2):65-73. Doi: 10.1016/j.tics.2008.11.003. 2008.

KALOUSTIAN, S.M. FERRARI, M. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília. 1994.

Marco Legal da Primeira Infância: LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm

MARTORELL R.; NGUYEN P. Interrelationship between growth and development in low and middle-income countries. Nestle Nutr Workshop Ser Pediatr Program.; 65: 99-118. Doi: <http://dx.doi.org/10.1159/000281151>. 2010.

MATTA, I. Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

MAIOR, M. M. S.; CÂNDIDO, G. A. Vulnerabilidade socioeconômica: um estudo transversal para o município de João Pessoa-PB. Revista Principia-Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, n. 24, p. 72-87, 2014.

MORAIS, R. L. S; CARVALHO, A. M; MAGALHÃES, L. C. O contexto ambiental e o desenvolvimento na primeira infância: estudos brasileiros. Journal of Physical Education, v. 27, p. e2714, 2016.

MUNHOZ, T. N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, p. e00316920, 2022.

NÚÑEZ, R. S. Educación infantil de 0 a 3 años. Una guía práctica. Valladolid: Editorial de la Infancia, 2005.

OLIVEIRA, I. L. S.; BRAGA, A. P.; PRADO, C. M. N. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2017.

PAPALIA; D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. O mundo da criança. 8.^a edição. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.

PEDROSO M. L. R.; MOTTA M. G. C. A compreensão das vulnerabilidades socioeconômicas no cenário da assistência de Enfermagem pediátrica. Ver Gaúcha Enferm. 2010; 31(2): 218-24. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472010000200003>.

POLITIZE. Vulnerabilidade Social: o que significa esse conceito? 17 set.2020, <https://www.politize.com.br/vulnerabilidade-social/>.

SILVA D. I.; CHIESA A. M.; VERÍSSIMO M. L. O.R.; MAZZA V. A. Vulnerability of children in adverse situations to their development: proposed analytical matrix. Rev Esc Enferm USP. 2013; 47(6):1397-402. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420130000600021>.

PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. 9.ed. Rio de Janeiro: ed. Forence Universitária, 2008.

PORTUGAL, G. Desenvolvimento e aprendizagem na infância. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

SILVA, D. I.; VERÍSSIMO, M. L. O. R.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. Journal of Human Growth and Development, v. 25, n. 1, p. 11-18, 2015.

SÁ, M. B. Z.; SANTIN FILHO, O. Alguns Aspectos da Obra de Piaget e sua Contribuição para o Ensino de Química. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S.l.], p.190-204, 2017.

SCOTT, J. B. et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. Psicologia em Revista, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SÍRIO, Q. V. A.; Análise de implementação do Programa Criança Feliz em Governador Mangabeira – Ba. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública. Cachoeira, 2023.

TAVARES, J et al. Manual de psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Porto: Porto Editora, 2007.

VICTORA C.G.; HALLAL P. C.; ARAÚJO C. L.; MENEZES A. M.; WELLS J. C.; BARROS F.C. Cohort profile: the Pelotas (Brazil) birth cohort study. Int J Epidemiol. 2008; 37(4): 704-709. Doi: <http://dx.doi.org/10.1093/ije/dym177>. 1993.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.